

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Subsecretaria de Ensino
Coordenadoria de Gestão para Resultados de Aprendizagem

Circular E/SUBE/CGRA nº 02

Rio de Janeiro, 07 de março de 2025.

Assunto: Orientações Gerais para os Planos de Dimensões 2025.

Prezado(a) Diretor(a),
Prezado(a) Bibliotecário(a),

Durante os meses de Fevereiro e Março, as unidades encontram-se em processo de Diagnóstico e construção do Plano de Dimensões para o ano letivo de 2025.

É necessário que cada Plano de Dimensões da Educação Infantil, Educação Especial, Unidades de Extensão, Educação de Jovens e Adultos e Bibliotecas Escolares Municipais cumpra os seguintes critérios:

1. Estar devidamente postado no Sistema GP Ágil até o dia 31/03/2025
2. Possuir o quantitativo mínimo de 07 (sete) ações.
3. Possuir o quantitativo máximo de 14 (quatorze) ações.
4. O Plano das Dimensões deve conter, ao menos, uma ação para cada dimensão e seguir as orientações técnicas oriundas dos documentos: - “Orientações do Plano das Dimensões, Tema 9 – Gestão para Resultados de Aprendizagem da Jornada de Planejamento, Formação Pedagógica e Centro de Estudos” e as Orientações Pedagógicas para a elaboração de cada modalidade/etapa.

Em relação ao Plano de Dimensões **da Educação Infantil**, destacamos, em anexo, as orientações pedagógicas da área atualizadas.

Ressaltamos que, tanto o material “Currículo Carioca e Material Pedagógico na Educação Infantil e Primeira Infância”, na Plataforma MultiRio Rioeduca, e a estrutura do Plano das Dimensões da Educação Infantil no Sistema GP Ágil encontram-se devidamente atualizados.

Informamos que haverá Plantão de Dúvidas, de caráter facultativo, para os Diretores de Plano das Dimensões da Educação Infantil, Educação Especial, Unidades de Extensão, Educação de Jovens e Adultos e Bibliotecários em **24 de março de 2025**, com o objetivo de oferecer suporte técnico e sanar

eventuais dúvidas relacionadas à elaboração estrutural dos Planos.

A participação no Plantão será agendada no **período de 07 a 18 de março**, por meio de formulário eletrônico (**Forms**) abaixo. A adesão prévia é necessária para a organização dos horários de atendimento e locais, a serem confirmados oportunamente via e-mail.

Link de inscrição no Plantão de Dúvidas: <https://forms.office.com/r/yDpMFHhVSi?origin=lprLink>

Respeitosamente,
Mario Sergio Mangabeira Junior
Coordenador I
E/SUBE/CGRA

ANEXO I



Gestão para Resultados da Aprendizagem Orientações Pedagógicas Educação Infantil

Jornada pedagógica 2025

1- Iniciando as nossas conversas: proposições e compromissos com as infâncias

Bem-vindas e bem-vindos ao ano de 2025! Desejamos, inicialmente, que seja um ano repleto de muitas e grandiosas experiências com nossos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. As melhores experiências infantis. E é sempre pertinente lembrar que, para que essas experiências e vivências se efetivem nas realidades dos nossos pequenos, nós, adultos referência, para além dos familiares, somos fundamentais. Nós, com os nossos olhares, visões de mundo e, sobretudo, nossos conhecimentos, somos sujeitos ativos na formação humana de nossas crianças, nos cotidianos, em referenciais e, assim, fazemos parte das construções das suas descobertas de si, do outro e do mundo.

Vale sempre reforçar que a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é território das experiências, das pesquisas, das investigações... das BRINCADEIRAS. O novo que vive e convive na EI é promissor (e compromisso) da Educação que pretendemos edificar. Compromissarmo-nos com essa formação humana é, antes de tudo, assumirmos o compromisso com a vida em sua plenitude.

Nossas Creches, EDIs e Escolas são, no sentido das infâncias, a entrada para esse novo, esse inédito, o desconhecido até então.

Entender a Educação Infantil, enquanto direito, é, nesse contexto, importantíssimo para a convivência que estabelecemos com os bebês e crianças, enquanto sujeitos, e, ainda, com as parcerias necessárias que tecemos com as suas famílias. Educação e família constituem o grande pilar que sustenta os passos das crianças desde bebês.

Posto isso, temos pela frente um lindo porvir... inaugurando novas oportunidades de diferentes vivências e aprendizados! Brincadeiras, sonhos, cantinhos, leituras, músicas, caixas, varais, brinquedos, investigações, pesquisas... precisam ser preparados, planejados e cuidados; precisam ter a cocriação dos nossos bebês e crianças, precisam dos seus traços e esboços, da sua identidade e preferências, precisam do reconhecimento de si. Precisam, ainda, das interações com os adultos referência que também compartilham o dia a dia com os nossos pequenos nos outros espaços em que também se desenvolvem e, sobretudo, “ocupam”.

A nós, sujeitos da Educação Infantil, cabe o grande ato de coser esses “retalhos” das vidas e dos mundos dos nossos pequenos e pequenas. Como Cora Coralina, aqui estamos nós, iniciando uma “linda colcha de retalhos” que ficará pronta em 200 dias. E creiam: eles passam muito rápido.



Assim, para que não nos percamos, vale a lembrança de algumas leituras importantes e que se mantêm atuais e ativas nas nossas rotinas: o Currículo Carioca, o material “Leitura e Escrita na Educação Infantil: do compromisso à prática”, os documentos orientadores “A Leitura Literária como Lugar de Encontros 1 e 2”. Dessa forma, ampliando nossas leituras e estudos, temos as legislações que nos sustentam e fazem valer a Educação Infantil como política educacional. Anunciamos que, articulados com a Secretaria de Educação Básica (MEC), estamos avançando nas discussões sobre a Qualidade e a Equidade na EI. Desde o final do ano passado, o Governo Federal apresentou as suas perspectivas acerca desse tema tão importante e que precisa, sim, ter um direcionamento único em todo o território nacional e contar com o compromisso de todos nós.

Não existirá Qualidade e Equidade na EI se não houver, antes de tudo, um olhar atencioso e investigador da nossa parte frente às culturas e movimentos das nossas crianças e bebês. Se não houver a nossa predisposição à escuta viva e acolhedora. Se não houver o protagonismo das infâncias em nossas práticas.

Certos de estarmos de mãos dadas, vamos ao inédito a que esse ano letivo nos convida.



**Abraços fraternos e desejos de um
excelente ano letivo!**

**Equipe da Coordenadoria de Educação Infantil e
Primeira infância**



2- Refletindo 2024 e projetando 2025... nossos primeiros passos.

O ano de 2024 foi um ano de muitas produções e discussões na EI Carioca. Como citado no “Iniciando as nossas conversas”, produzimos muitos materiais. Sem nenhuma dúvida, o material sobre Leitura e Escrita na EI trouxe um novo olhar sobre um tema polêmico e denso: as literaturas infantis como o grande pano de fundo, com a forte anunciação do processo da leitura com as nossas crianças, desde bebês. Nesse material, que é sustentado nas práticas de vocês e das nossas crianças, sujeitos do chão da Sala de Atividades, trouxemos o nosso dia a dia e o quanto estamos num direcionamento profícuo no que se refere às leituras da EI e à cultura escrita. Buscamos nele desmistificar alguns tabus e imaginários.

Concomitantemente, tivemos o apoio do LEEI, do MEC, curso oferecido a 800 professores de pré-escola, que tinha (e tem) na literatura infantil a grande identidade leitora que queremos constituir: LER LIVROS DE LITERATURA INFANTIL para e com as nossas crianças, desde bebês, é ponto inegociável (lemboram?).

“Leitura e Escrita na Educação Infantil: do compromisso à prática”, ele é o pontapé inicial... continuaremos, com ele e a partir dele, provocando reflexões e ambicionamos a ampliação do seu repertório. É muito importante assumirmos esse lugar: o das leituras e escritas brincantes como constitutivos de saberes, identidades e memórias, entendendo que são produções sociais que convivem nos diferentes cotidianos que nossos bebês e crianças transitam e nos quais deixam as suas marcas.

Logo, não abriremos mão das muitas leituras e escritas infantes. Não abriremos mão das nossas produções e do nosso protagonismo.

Nossos encontros e formações perpassarão por essas pautas, ressaltando, sempre, a INFÂNCIA enquanto direito de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

Apropriarmo-nos das legislações e orientações vigentes é, nesse sentido, a validação desses direitos, que dependem, sim, das nossas ações e vozes. Reconhecermo-nos como agentes ativos do que propõem as legislações e as orientações é uma condição necessária às políticas da Primeira Infância e da Educação Infantil¹.

Nesses dias de proposições, propostas e planejamentos, manter nítidas as nossas intenções frente à nossa comunidade escolar e às práticas pedagógicas é muito importante. Olharmos nossas realizações até aqui e reconfigurar o que é necessário são passos que precisam ser dados. Não há outro jeito.

Conhecer a história da turma (se as crianças já estavam conosco); ouvir atentamente (sondar) sobre as novas crianças e bebês; reconhecer os ritmos cotidianos (individuais e coletivos); esclarecer aos responsáveis sobre o novo que será cocriado com as crianças e eles; as rotinas e os movimentos, os combinados, o diálogo próximo e franco... todos esses pontos são importantes para o que se pretende saber, transmitir e planejar.

[1] Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998); Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2009); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n.º 9.394/96 (BRASIL, 1996), Diretrizes Operacionais Nacionais de Equidade da Educação Infantil

RESOLUÇÃO CNE/CEB N° 1, DE 17 DE OUTUBRO DE 2024, Marco Legal da Primeira Infância
Lei n°13.257/2016



Iniciamos a 1ª semana letiva, na Educação Infantil carioca, da seguinte forma:

Nos dias 3 e 4, assim como em toda a Rede de Ensino carioca, teremos dois dias de Jornada Pedagógica.

As orientações para esses dois dias, além dos materiais enviados pela E/SUBE/CEIPI, devem dialogar com as propostas construídas pela comunidade escolar, com os planejamentos dos professores e agentes com o inicial que será abordado com as famílias (nas diagnoses e sondagem) e, ainda, com as investigações primeiras com nossos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

Nos dias 5, 6 e 7 iniciaremos o ano letivo e nosso acolhimento aos pequenos sujeitos (vale o documento de acolhimento de 2025). Nesses três dias, estruturaremos os nossos passos e conheceremos nossas turmas (processos coletivos e individuais) e, ainda, aproveitaremos para estarmos bem próximos: nós da CEIPI, vocês das Unidades e famílias. Assim, nesses três dias, nosso atendimento será diferenciado:

- **CRECHES e EDIs** em tempo integral de **8h - atenderão 4h**;
- **ESCOLAS** que atendem em tempo integral de **7h - atenderão 3h e 30min**;
- Unidades que atendem **em horário parcial - CRECHES, EDIs e ESCOLAS com maternal e Pré-Escola de 4h e 30min - atenderão 2h e 30min**.

Ainda nesses três dias, toda a comunidade escolar estará envolvida com propostas e orientações da CEIPI. É muito importante para todos nós que esses dias anunciem as melhores práticas, diálogos, convivências e parcerias.

Nossa orientação para o dia 05

Orientamos, ainda, que as discussões acerca do Plano de Dimensões da UE, da proposta dos profissionais e dos responsáveis, devem ser acolhidas, analisadas, discutidas e respeitadas.

A escrita do PD deve apontar para os compromissos que serão assumidos com as experiências e aprendizagens das nossas crianças, desde bebês.



3 -Plano de Dimensões da Educação Infantil: Ampliando o olhar

Um bom plano de ação, organizado em dimensões, é aquele que articula as propostas educativas para os bebês, crianças bem pequenas e pequenas, tendo sempre em vista os direitos de aprendizagem de nossas crianças. É aquele que considera a organização curricular em campos de experiência, a intencionalidade educativa presente nas práticas pedagógicas e a indissociabilidade entre o cuidar e o educar. É a proposição de ações que são planejadas por cada equipe, em diálogo com as famílias e crianças, e que consideram as especificidades de cada Unidade Escolar, apontam para a promoção de um ambiente escolar que respeite e valorize as individualidades das crianças e das famílias e que se organize torno das necessidades e das potencialidades das crianças, escutando sensivelmente os seus desejos, estimulando a sua participação e tendo como princípios a inclusão e o antirracismo.

As dimensões fazem parte de um todo, se entrelaçam e se comunicam entre si, trazem a mesma essência e permeiam as propostas da Educação Infantil, tendo como eixo central as interações e as brincadeiras e a indissociabilidade do cuidar e educar.

Dessa forma, para o ano de 2025, continuaremos nos debruçando sobre as dimensões já elaboradas em 2024, apenas apresentando algumas mudanças em algumas subdimensões, com intuito de reafirmarmos nosso compromisso com as experiências e aprendizagens das crianças.

- **Dimensão Equipe e Gestão**
- **Dimensão Currículo, Interações e Práticas Pedagógicas**
- **Dimensão Inclusão**
- **Dimensão Étnico-Racial**
- **Dimensão Sustentabilidade**
- **Dimensão Transição para o Ensino Fundamental e entre os grupamentos da EI**
- **Dimensão Comunidade e Famílias**

Com esta reorganização, as dimensões refletem mais a riqueza e pluralidade de propostas da EI e explicitam um processo educativo significativo que compreende a percepção da identidade da escola como instituição, da sua articulação com o território na qual está inserida.

Vamos agora discorrer por cada uma delas:

1 - Equipe e Gestão Escolar

Nesta dimensão, podemos salientar que a participação de todos os envolvidos no processo de gestão é fundamental, pois é no coletivo que construímos uma cultura de grupo por meio do diálogo que acolhe a diversidade de ideias e os pontos de vista sobre a escola que temos e a escola que queremos construir. É nesse movimento que se entrelaçam os diversos saberes que cada parte da comunidade escolar possui e que se cria a possibilidade de um conhecimento comum a todos em prol de uma educação de qualidade.



Formação - esta subdimensão provoca a gestão a pensar a formação em serviço e no diálogo com os educadores, com foco nos desafios e necessidades formativas da equipe. Sendo assim, se faz necessário que a gestão reflita sobre meios que propiciem o desejo dos profissionais em investir em seu próprio desenvolvimento e na qualificação dos educadores em relação às suas próprias potencialidades.

Condição de trabalho - esta subdimensão reflete sobre as condições de trabalho para a equipe da unidade e as relações estabelecidas.

Motivação e engajamento - convoca à reflexão sobre quais estratégias a gestão cria e utiliza para sustentar a motivação e o engajamento da equipe em relação ao trabalho e às atividades desenvolvidas. Lembramos que ter clareza nos objetivos e comunicação assertiva oportunizam o maior engajamento da equipe.

Espaços coletivos - esta subdimensão propõe que se pensem espaços coletivos como troca de experiências. Esses momentos não podem se limitar apenas a um local estruturado ou a um horário específico, eles precisam acontecer no cotidiano, nas trocas entre pares, nas diferentes experiências vividas pelos profissionais e comunidade. A finalidade é criar estratégias que propiciem momentos acolhedores e reflexivos de debate sobre as diferentes percepções e fazeres.

Apoio à equipe - nesta subdimensão, é necessário entender as diferentes manobras de apoio ao trabalho da equipe. Ela propõe a reflexão sobre ações de apoio ao trabalho da equipe de profissionais, garantindo condições positivas ao exercício e acompanhamento das práticas pedagógicas pelas lideranças da unidade.

Gestão de recursos materiais - tem como objetivo elaborar um planejamento que dialoga com as diferentes necessidades da Unidade Escolar, respeitando os diferentes fazeres pedagógicos, de forma a otimizar os investimentos para obter um abastecimento contínuo e eficaz durante todo o ano.

2 - Currículo, Interações e Práticas Pedagógicas

A dimensão Currículo, Interações e Práticas Pedagógicas trata do próprio cotidiano da instituição e de como são pensadas, organizadas e conduzidas as propostas oferecidas às crianças. Essa dimensão abrange outras subdimensões que estão interligadas de forma dinâmica e perpassam pelo fazer da Unidade Escolar.



Planejamento e currículo - Trata-se da subdimensão que se acopla às outras subdimensões. Ela é o que chamamos de “coração” do fazer pedagógico: todos os fazeres perpassam por esse processo, levando em conta estratégias que focam no desenvolvimento integral e pleno dos alunos.



Organização do ambiente: tempos, espaços e materiais - A organização do ambiente revela concepções de infância, de Educação Infantil, desenvolvimento, aprendizagem, entre outras questões. Convidamos você, profissional que atua na Educação Infantil, a perceber o ambiente com olhos de estranhamento. Ler nas entrelinhas o que ele revela sobre a escola e seu objetivo, em diálogo com a proposta pedagógica e, especialmente, em diálogo com as crianças. O que as crianças dizem sobre o ambiente? Do que elas gostam? As crianças circulam livremente por ele? Ele apresenta, compartilha as experiências cotidianas? Será que o espaço está organizado tal como no ano anterior? É um ambiente acolhedor? As famílias se sentem convidadas a adentrá-lo? Conseguem se sentir pertencentes, representadas? Temos um olhar especial e acolhedor para as crianças e adultos com deficiências? Quando falamos de ambiente, estamos nos referindo aos espaços da escola como um todo e não somente à sala de referência, por exemplo. É importante considerar o ambiente como mais um educador que, além de comunicar processos de aprendizagem, promove acolhimento, a autonomia das crianças e a descentralização do adulto referência no cotidiano, dispondo de uma diversidade de materiais em cantos/contextos, democratizando assim sua ocupação.

Culturas das infâncias – Os modos de sentir, acolher, interagir, estabelecer contatos e/ou comunicação, dentre tantas expressões dos bebês e crianças, trazem marcas das suas vivências e suas interações com o outro e com o mundo. A partir de si, bebês e crianças vão reconhecendo as relações e os processos que envolvem e que se dão a sua volta. Nesse sentido, o espaço das vivências sociopedagógicas torna-se privilegiado e faz eclodirem as muitas culturas infantis. Organizar e planejar, a partir dos pequenos e seus movimentos, a ampliação e, ainda, a inserção de novas práticas por meio das rotinas é um grande convite ao Plano de Dimensões.

Práticas de linguagens - São possibilidades de interação, comunicação e expressão que se originam da criança coletiva e individualmente. As práticas de bebês e crianças bem pequenas e crianças pequenas não são, em sua maioria, práticas isoladas. São práticas referenciadas nas relações sociais, culturais e históricas... nos processos humanizados. Tais práticas se ampliam a cada novo movimento, a cada novo encontro, a cada nova descoberta. Nossos bebês e crianças vivenciam rotinas com o corpo todo, por inteiro. Logo, as diferentes linguagens vão se constituindo e “ocupando” lugar por meio das nossas relações, que são referenciadas. Discursos, combinados, acordo, diálogo, conversas, rotinas, conflitos, contações de histórias, registros, novidades, investigações, músicas, mídias, convivência com a literatura, convivência com as culturas dos escritos, audição de memórias contadas etc., são, no contexto das infâncias, possibilidades da ampliação das linguagens infantis.



3 - Inclusão

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015) assegura e promove “em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Logo, mais do que uma reflexão acerca da inclusão das crianças com deficiência nas instituições de Educação Infantil, através da oferta de vagas, é nosso dever, enquanto cidadãos e educadores, traçar estratégias para que essas crianças realmente sejam incluídas no cotidiano de nossas instituições de EI. As pessoas com deficiências têm direito à participação social efetiva, entendendo-se que a sociedade se organiza e enriquece a partir da interação entre sujeitos diversos. Nesse sentido, a ideia de uma sociedade inclusiva fundamenta-se numa perspectiva que reconhece e valoriza a diversidade como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Partindo desses princípios e tendo como horizonte o cenário ético dos direitos humanos, que promove a ideia de direitos iguais a todos, sinalizamos que a inclusão da criança com deficiência ultrapassa a abertura de vagas nas unidades escolares. Seu acesso perpassa pelo cotidiano, pelas relações estabelecidas e pelas oportunidades vivenciadas nos espaços de Educação Infantil.

A dimensão Inclusão refere-se às ações que promovem a inclusão, a equidade, o respeito à singularidade e valorizam as diversidades na perspectiva da educação inclusiva. Visa garantir experiências que promovam a inclusão de crianças e bebês com necessidades educacionais especiais na Unidade Escolar e que favoreçam o seu desenvolvimento nas práticas pedagógicas e de convívio sob o olhar de diversidades funcionais como deficiência auditiva, visual, fala, mental e física, Transtorno do Espectro do Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação.

Precisamos nos perguntar: nossa Unidade Escolar é inclusiva? Existe diálogo com a comunidade escolar sobre o direito à inclusão? Quais parcerias intersetoriais existem em prol da efetivação do direito à Inclusão? Como podemos qualificar o atendimento a todas as nossas crianças? Para responder a essas perguntas, caberá a sua equipe um olhar sensível, empático e de questionamento sobre a própria instituição, pois muitas vezes os ambientes, as situações e as relações que costumeiramente normalizamos nos impedem de avançar no processo inclusivo.



Por isso, propomos que olhem para suas instalações, para seus materiais pedagógicos e os materiais produzidos pelo Instituto Helena Antipoff, para a formação de seus profissionais, para a prática pedagógica realizada com as crianças, para a relação estabelecida com os responsáveis e para o seu posicionamento como instituição educacional no território a que pertencem, questionando se a organização/prática/procedimento adotados atualmente podem ser considerados como inclusivos. São essas respostas que indicarão quais os pontos sensíveis que precisam ser abordados na elaboração de ações que possibilitem avanços no processo de efetivação da Unidade Escolar como um espaço inclusivo.

4 - Étnico-Racial

Refletir sobre a ERER é respeitar o processo de formação da subjetividade de nossas crianças e de seus familiares, trazendo para a discussão diferentes atores, histórias, espaços e narrativas. É sempre muito importante ressaltar que a educação das relações étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns e equânimis.

Dessa forma, a ERER precisa estar presente no trabalho pedagógico durante todo o ano letivo como currículo e não apenas como propostas pontuais. Pensar sobre a perspectiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais é pensar na organização do espaço pedagógico visando a uma identidade racial positiva, na compra de acervos de brinquedos e materiais que representem as diferentes culturas, no cuidado diário com as crianças, na curadoria de literatura afro-indígena, na promoção de jogos e músicas, entre outras ações, que estão diretamente ligadas aos diferentes campos de experiência mencionados na Base Nacional Comum Curricular, bem como as ações estruturantes do trabalho com a Educação Infantil, que são as interações e brincadeiras.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) deve ser compreendida como uma das ferramentas para se entender como sujeito.

É crucial e urgente que em 2025 possamos pensar sobre essa dimensão, entendendo que trabalhar com as questões étnico-raciais não pode se resumir à realização de uma única oficina que aborde apenas questões culturais como: a estética negra, o cabelo, o turbante, a capoeira, a feijoada, os cocares e ervas medicinais, entre outros. Esses são os primeiros passos para se discutir e entender a proposta, mas eles não darão conta da integralidade dos diferentes sujeitos que constituem o cotidiano escolar.

A intencionalidade da ação se traduz na compreensão de como as histórias e culturas se fazem presentes nas propostas pedagógicas transversais ao currículo.

Sendo assim, não podemos dizer que há um modelo para a Educação para as Relações Étnico-Raciais; modelos sufocam. É preciso que ela seja adaptada ao território, sala de aula e cultura. Todos os docentes precisam contribuir ativamente, independente de sua etnia ou função.



5 - Dimensão Sustentabilidade

Quando trazemos a temática da Sustentabilidade para uma das dimensões, estamos pensando em ações que permeiam as relações com o meio ambiente, alimentação, segurança e economia, de forma integrada, pela perspectiva do cuidado, da relação entre o “eu”, o “outro” e o coletivo, que são marcas da Educação Infantil.

Olhar para a Unidade Escolar pela lente da sustentabilidade é um convite a torná-la por essência um espaço de gentileza e zelo com todos e todas que vivem seu cotidiano.

Esta dimensão apresenta as seguintes subdimensões:

Meio ambiente - Pensar em meio ambiente é pensar em questões ambientais dinâmicas que cercam o cotidiano da Educação Infantil. Dessa forma, se faz necessário entender que nós somos o meio ambiente e, sendo assim, somos responsáveis pela relação que estabelecemos com ele. Logo, cuidar dele é um movimento reflexivo de autocuidado que promove bem-estar pessoal e coletivo.

Alimentação - Esta subdimensão nos leva a pensar sobre a promoção de uma alimentação saudável, balanceada e diversa, em diálogo com todos os grupos que compõem a comunidade escolar. Promovendo relações positivas das crianças com o alimento, assim como as relações estabelecidas pela família e comunidade sobre a alimentação sustentável.

Economia - A sustentabilidade, do ponto de vista da economia, nos convida a pensar a gestão de recursos financeiros, materiais e resíduos, na busca por transformar hábitos de desperdício através de planejamento, redução, reuso e reciclagem, com vistas a minimizar o impacto do consumo sobre o meio ambiente e os recursos naturais, bem como estabelecer diálogos com a comunidade de forma a fortalecer o território quanto a iniciativas de empreendedorismo sustentável, o reuso e a reciclagem como forma de economia ativa, promovendo um entrelace entre as diferentes formas de economias.

Segurança - A segurança em Unidades Escolares de Educação Infantil é crucial para garantir o bem-estar das crianças e dos profissionais, jamais devendo ser relegada a segundo plano. É preciso pensar na segurança, no cuidado e na manutenção do espaço físico e protocolos de forma coletiva, onde todos se entendam como sujeitos ativos que contribuem para criar um ambiente amplamente seguro.

Pensar a cultura de segurança no espaço escolar é pensar ações robustas para que sejam criadas condições para a liberdade de circulação de todos, o bom desenvolvimento de experiências e relações de harmonia e cooperação no âmbito da unidade. É preciso que toda a unidade se pergunte: há mapeamento de riscos considerando todos os espaços da UE? Adultos e crianças partilham de uma cultura de cuidado e segurança coletiva?



6 - Transição na Educação Infantil

A dimensão Transição na Educação Infantil abrange todo o percurso da criança na Unidade Escolar e visa assegurar seu acolhimento e sua permanência na instituição e, para além, estabelecer o diálogo com o Ensino Fundamental, de forma a valorizar os processos de aprendizagem vivenciados na EI e minimizar as tensões relacionadas a esse momento.

A primeira transição vivenciada é a entrada na Educação Infantil. Nesse momento, tanto as crianças quanto suas famílias se deparam com os arranjos de uma instituição que tem seus horários, rotinas e processos estabelecidos e, ao mesmo tempo, a UE agrega à sua comunidade escolar famílias que têm sua própria configuração, seus ritos, costumes e culturas. Assim, precisamos nos perguntar: as ações realizadas acolhem a criança e sua família na comunidade escolar, respeitando suas especificidades? O acolhimento da criança e sua família é realizado através de atividades pontuais no início do ano letivo ou se estabelece de forma contínua ao longo do percurso escolar? Esses questionamentos são importantes para nos mobilizar a sair do lugar comum e avançar em uma discussão vital para atingirmos nosso objetivo social, político e filosófico: a relação família - criança - escola.

Para além, também precisamos pensar na transição que ocorre durante a progressão escolar da criança em nossas unidades. As mudanças de grupamento trazem consigo as experiências, as interações, as descobertas e o desenvolvimento integral das crianças que precisam ser valorizados, pois são eles que subsidiam as novas aprendizagens e potencializam a autonomia da criança nesse novo momento de sua trajetória.

Isso nos leva a um novo questionamento: como consideramos os saberes e experiências vivenciados pelas crianças em nossa instituição nas transições internas? Precisamos refletir se nos diálogos que vivenciamos em equipe e com a comunidade escolar há espaço para o compartilhamento do desenvolvimento da criança nos anos anteriores. Se faz necessário compreender a criança em sua completude e não a segmentar em seus grupamentos, compartimentando as informações sobre seu desenvolvimento.

Contudo, também precisamos organizar ações para a transição para o Ensino Fundamental. Naturalmente, quando pensamos nos processos de transição, temos como premissa minimizar as rupturas e impactos causados pelas novas possibilidades e desafios que se apresentarão para nossas crianças no futuro. Precisamos nos atentar para que esse zelo não nos oriente em processos de preparação e antecipação de etapas.

Nesse sentido, nos cabe pensar: de que modo são planejadas e realizadas conversas e/ou visitas e troca de materiais, registros, documentos entre professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental? O questionamento nos auxilia a refletir e propor ações para a transição entre fases, compreendendo que a EI tem uma intencionalidade pedagógica específica que orienta os seus fazer e respeita o processo de aprendizagem vivido.

A transição EI – EF deve agregar sentidos e expandir as possibilidades de compreensão de mundo e cabe à gestão e à equipe estabelecer diálogos, propondo experiências que minimizem as angústias desse processo e acolham as novas expectativas.



7 - Dimensão Comunidade e Família

Olhar para a Unidade Escolar sob a ótica da dimensão Comunidade e Família é compreender que a Escola não está apartada do território em que está inserida. Compartilhamos culturas, desafios comuns e parcerias. Compreendemos que esta relação precisa ser fortalecida, pois ela assume grande importância na realização de um trabalho de qualidade e impacto social.

Propomos que, em vez de construirmos “muros” que separam a escola e a comunidade, sejam construídas “pontes” que possibilitem o trânsito de valores, objetivos e interesses em comum. Conhecer a comunidade, o entorno da UE, suas dinâmicas, seus desafios, suas potencialidades materiais e culturais são passos primordiais para se pensarem ações que ampliem a parceria da comunidade no cotidiano escolar por meio da valorização da sua cultura.



Para isso, o importante é pensar em parcerias significativas (com famílias / moradores / vizinhos, comércios, ONGs, associação de moradores, equipamentos culturais e outros) e em compromissos que produzam impactos dentro e fora do ambiente escolar e reafirmem a UE enquanto instituição de presença e relevância social onde as infâncias sejam reconhecidas nesse território. Existe a valorização dos conhecimentos e saberes presentes na comunidade? A Unidade Escolar estabelece parcerias com as instituições do território? A escola promove ações que fortalecem o território? Como a escola tem atuado de forma a ampliar a relação das crianças com o território em que vivem?

Está dado que a relação de parceria com as famílias é essencial por ser aquela que de modo mais significativo impacta o trabalho desenvolvido pela Unidade Escolar e o desenvolvimento integral das crianças, entendendo também as famílias como valiosas mediadoras entre a UE e o território (porque também o constituem), entre a cultura escolar e a cultura local (porque também a produzem).

Desta forma, vale refletirmos: como se estabelece a relação família-escola? Existe a participação das famílias no cotidiano escolar? A escuta das famílias impacta nas decisões tomadas pela equipe? A Unidade Escolar se integra às famílias? As famílias conhecem a proposta pedagógica da unidade? São pensadas ações de aproximação das famílias ao fazer pedagógico?

